



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

PERSPECTIVAS GUARANI SOBRE AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM YVYRUPA

Flávia Rossato¹; Carina Catiana Foppa²

¹Universidade Federal do Paraná, rossato.fla@gmail.com

²Universidade Federal do Paraná, ccfoppa@gmail.com

GT 06 – Conflitos socioambientais: experiências práticas e narrativas de resistências

RESUMO

As Unidades de Conservação (UCs), criadas sob as premissas do “mito da natureza intocada”, estruturam cenários de violações de direitos quando sobrepostas aos territórios ancestrais indígenas. No contexto do litoral sudeste-sul do Brasil, existem 24 UCs Estaduais e Federais que se sobrepõem a 32 *tekoa* do povo Guarani Mbya. Este estudo registrou as perspectivas Guarani frente a essas sobreposições, à luz do net-ativismo, enquanto forma contemporânea de resistência e auto-organização indígena. A partir das narrativas Guarani presentes nas redes sociais dos últimos dez anos, constata-se a denúncia de lideranças sobre o desconhecimento e o não reconhecimento da rede de significados de *nhandereko* e *tekoa*, a culpabilização dos povos indígenas pela destruição das UCs por diferentes setores, os “projetos de morte” do desenvolvimento, bem como do preservacionismo como um eixo mobilizado para sustentar o racismo anti-indígena.

Palavras-chave: Net-ativismo indígena. Povo indígena Guarani. Racismo anti-indígena.

Sobreposição territorial.

Destaques (highlights)

- O povo Guarani demonstra a incompreensão dos gestores das Unidades de Conservação sobre seus modos de vida.
- O povo Guarani enfrenta uma violenta culpabilização de diferentes setores envolvidos na gestão de Unidades de Conservação.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

- Tentativas de expulsão do povo Guarani dos seus territórios ancestrais são justificadas pela falaciosa proteção ambiental “intocada” estruturada historicamente pelos eixos de colonialidades.
- Os modelos de desenvolvimento e do preservacionismo ambientalista operacionalizam uma estrutura racista de gestão ambiental contra os povos indígenas.

1. INTRODUÇÃO

No litoral sudeste-sul do Brasil, as transformações territoriais e ambientais nas últimas décadas, impulsionadas por investimentos em megaprojetos de desenvolvimento, especialmente ligados à expansão do setor portuário-industrial, a criação de Unidades de Conservação (UCs), fundamentadas sob a lógica do “mito da natureza intocada”, e o déficit de Terras Indígenas homologadas ou em processo de demarcação (Diegues, 2008; Jabur, 2018), circunscrevem um cenário desafiador para os povos indígenas.

O povo Guarani nos oferece novas maneiras de recontar a história do que os *juruá*, os não indígenas, chamam de Bioma Mata Atlântica associado à Zona Costeira, o *nhe'ẽry*, o lugar "onde a alma se banha" (Krenak; Mirim; Takua, 2021) e como enfrentam a colonialidade cosmogônica que perpetua a lógica de opressão e exclusão do povo Guarani, não reconhecendo-os como produtores de conhecimento e desconsiderando a contribuição deste grupo para a conservação da natureza (Foppa *et al.*, 2020).

Nos mais de cinco séculos de violência e opressão, os povos indígenas reinventam-se com formas próprias de auto-organização e reafirmam sua resistência pela força da ancestralidade. Utilizam formas diversas de resistência e fortalecem um movimento indígena articulado, ativo e criativo em diferentes frentes, dentre elas, a apropriação e uso de mídias e outros meios de comunicação (Baniwa, 2022), aspecto este intensificado nos últimos anos por meio do net-ativismo (Franco; Silva, 2021).

Esta pesquisa teve como objetivo abordar as perspectivas do povo indígena Guarani em relação a sobreposição de seus territórios por Unidades de Conservação no litoral sudeste-sul do Brasil, evidenciando como essa dinâmica tem sido articulada no net-ativismo Guarani para enfrentamento do racismo anti-indígena.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

2. O TERRITÓRIO *NHE'ËRY* E AS SOBREPOSIÇÕES POR UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Para os Guarani, o território não se restringe a uma delimitação geográfica, mas está ligado à concepção de mundo e à busca pela "terra sem males", um espaço onde se estabelecem relações fundamentais para a construção de seu modo de vida, denominado *Yvyrupa*. Segundo Machado (2015), o exercício do *nhandereko*, o modo de ser Guarani, requer um espaço que ofereça as condições necessárias para que as práticas culturais e espirituais possam se realizar plenamente, o *tekoa*, que “extrapola a simples posse de uma área de terra, significando o lugar, o meio, as condições para o modo de ser Guarani” (p. 147).

O *nhe'ëry*, território do povo Guarani, foi violentamente explorado ao longo do processo de colonização, pela expansão da agricultura em larga escala e por diversos projetos de desenvolvimento. Os 7% restantes do Bioma foram classificados por pesquisadores como um *hotspot* mundial para a conservação da biodiversidade (Myers *et al.*, 2000), ou seja, uma área com espécies endêmicas e que apresenta alto grau de ameaça, na qual esforços de proteção são direcionados para criação de UCs, principalmente de categorias de Proteção Integral.

As Unidades de Conservação operam a partir de uma lógica de controle baseada em dicotomias que não correspondem às práticas, aos saberes e às formas de uso e manejo dos povos indígenas. O ambientalismo ocidental, ao produzir uma imagem da Terra como um espaço virgem, despovoado e separado dos seres humanos, reproduz a lógica colonial que transforma territórios em paisagens a serem exploradas ou preservadas por projetos alheios às populações tradicionais (Ferdinand, 2022).

Embora o Brasil seja considerado o berço do socioambientalismo, o país ainda reproduz um modelo de ambientalismo preservacionista e se alinha à ideia governamentalizada de desenvolvimento sustentável, que por vezes resulta na destruição de territórios de povos e comunidades tradicionais e em violações permeadas pelo constante questionamento ao direito à autodeterminação dos povos originários e sua contribuição para diversidade biológica e cultural (Moura, 2017; Foppa *et al.*, 2020).

No contexto do *nhe'ëry*, associado ao litoral do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, existem 24 Unidades de Conservação Estaduais e Federais que sobrepõem 32

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE

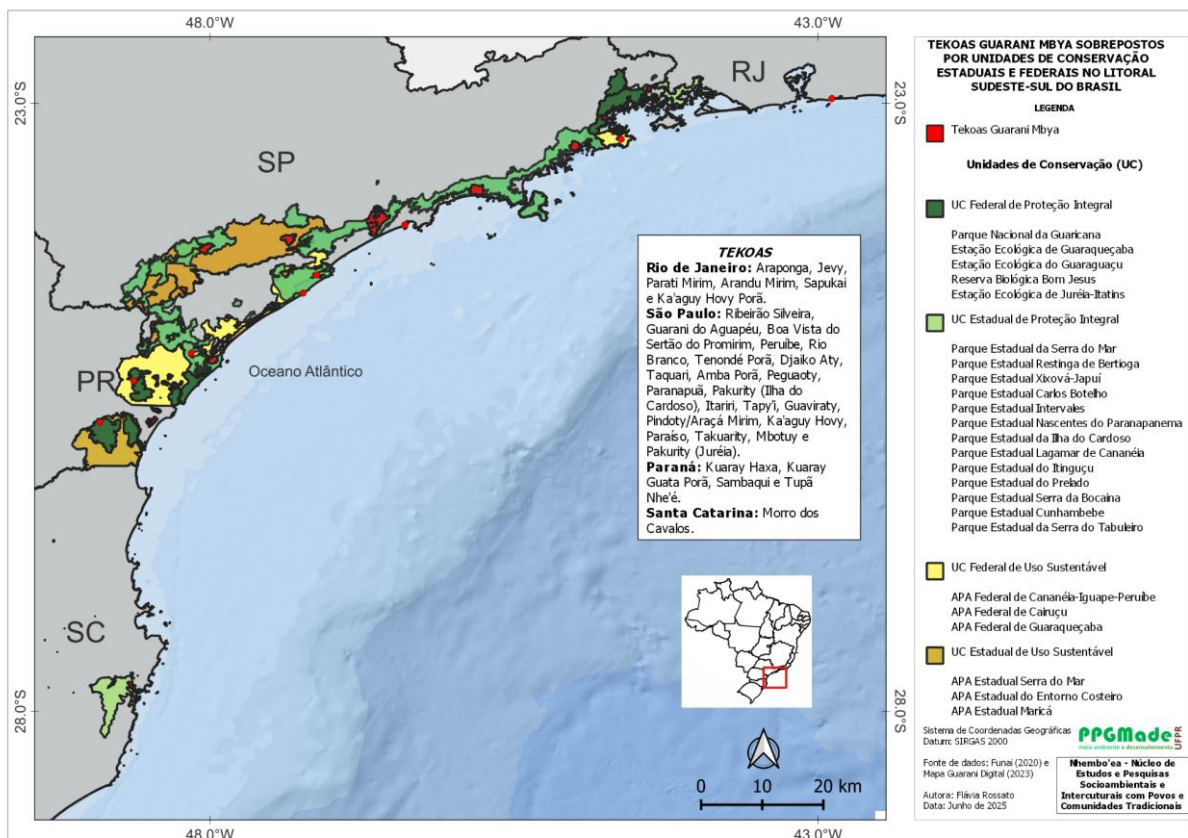


Financiamento:



tekoa Guarani (Figura 1)¹, totalizando uma superfície de mais de 71.385,8517 hectares de acordo com a Funai (2023) e o Mapa Guarani Digital (2023) (Rossato, 2024).

Figura 1: *Tekoas* Guarani sobrepostos por UCs Estaduais e Federais no litoral sudeste-sul.



Fonte: Adaptado de Rossato (2024).

2.1 O NET-ATIVISMO GUARANI E O ENFRENTAMENTO DO RACISMO ANTI-ÍNDÍGENA

A colonização persiste e se atualiza, impondo sua lógica de pensar, sentir e se relacionar com o mundo como se fosse a única possível. Esse processo contínuo de renovação das violências coloniais é o que se tem denominado de colonialidade (Quijano, 2005). Um dos reflexos da colonialidade é o racismo direcionado aos povos indígenas, que se expressa, entre outras formas, na fossilização de suas culturas, a ideia de que devem permanecer inalteradas e

¹ Os pontos em vermelho no mapa representam os *tekoa* Guarani Mbya que ainda aguardam providências por parte da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e, por isso, não possuem limites territoriais oficialmente definidos.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

presas ao passado. Essa estrutura racista alimenta-se de estereótipos negativos que atuam na invalidação da vivência e identidade indígena.

A presença indígena nas redes sociais e plataformas de mídia desenvolve sua comunicação para confrontar perspectivas etnocêntricas, coloniais e racistas que frequentemente os representam. Nesse contexto de enfrentamento, as identidades dos povos indígenas encontram no net-ativismo o potencial para estabelecer um diálogo político e intercultural com diferentes públicos, disseminando seus conhecimentos, denúncias e resistências em busca do reconhecimento de seus direitos.

O net-ativismo indígena, especialmente durante o período da pandemia do COVID-19, consolidou-se como uma ferramenta de resistência e enfrentamento estruturada em três eixos: “1) conscientização e denúncia de violações dos direitos indígenas; 2) divulgação de conquistas alcançadas e de eventos que discutam suas causas; e na 3) articulação de mobilizações, ocupações e intervenções organizadas” (Franco; Silva, 2021, p. 194).

Assim, ao estruturarem grupos políticos e praticarem formas de ativismo baseadas na percepção de suas vivências, injustiças e exclusões sistêmicas, os povos indígenas podem ser compreendidos como contrapúblicos² dentro da paisagem mais ampla da democracia digital, podendo gerar espaços crítico-reflexivos e de resistência, por meio da disseminação de contradiscursos (Dahlberg, 2011).

3. O PROCESSO DE LEVANTAMENTO

Foi realizado levantamento na plataforma Youtube, em 15 de fevereiro de 2024, utilizando os termos “sobreposições de terras indígenas e unidades de conservação”, “terras indígenas Guarani e parques”, “racismo e povos indígenas”, “racismo ambiental e povos indígenas”, “racismo e povo Guarani” e variações dentro destes termos. Foram identificadas 6 produções audiovisuais, entre as quais, três debatem diretamente a questão da sobreposição por UCs e 3 do racismo e racismo ambiental anti-indígena (Tabela 1). Os vídeos foram transcritos para posterior análise de conteúdo (Bardin, 1979). A pesquisa é parte da dissertação de mestrado

² Dahlberg (2011) define contrapúblicos ("counterpublics") como formações discursivas alternativas que emergem em oposição aos públicos hegemônicos. Eles se configuram como espaços de resistência, onde grupos subalternizados constroem suas próprias narrativas, identidades e formas de participação política.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

de Rossato (2024) no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná e Grupo de Pesquisa e Extensão Nhembo'ea - Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais e Interculturais com Povos e Comunidades Tradicionais.

Tabela 1: Levantamento de eventos virtuais conduzidos por povos indígenas na plataforma Youtube.

ANO	NOME DO EVENTO	TEMPO	CANAL	LIDERANÇAS GUARANI PARTICIPANTES	LINK
2017	Seminário de Sobreposição	17m13s	Canal oficial da Comissão Guarani Yvyrupã (CGY)	Karay Tataendy Mirim (Tekoa Peguao-ty – SP), Tiago (Tekoa Pakuri-ty - SP); Marcos Tupã (Tekoa Jaexa Porã - Aldeia Boa vista – SP).	https://www.youtube.com/watch?v=VFCLe_hk_4Qs
2021	Tradicionalidades e preservacionismo no litoral paranaense	1h39m35s	Canal oficial do Centro de Pesquisa e Extensão em Direito Socioambiental (CEPEDIS)	Rivelino Ve'ra Popygua - Tekoa Kuaray Haxa – PR.	https://www.youtube.com/watch?v=_BDPtuisTAQ&t=4s
2021	#AbrilIndigenaSesc: Conservação Socioambiental e Terras Indígenas	1h38m30s	Canal oficial do Sesc (Serviço Social do Comércio) Santos	Catarina Delfina (Tekoa Piaçaguera - Peruíbe), Karai Mirim (Tekoa Paranapuã - São Vicente) e Jera Guarani (Tekoa Tenondé Porã - São Paulo).	https://www.youtube.com/watch?v=EEIcd2TawkA
2021	PETGeoCast Ep. 10 Racismo ambiental e a demarcação de terras indígenas no estado de Santa Catarina	1h05m13s	Canal oficial PETGeoTub do Programa de Educação Tutorial do curso de Geografia da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc)	Elizete Ara'i, - Aldeia Yaka Porã, localizada no TI Morro dos Cavalos – SC.	https://www.youtube.com/watch?v=CYiIRd3e-r4
2021	Racismo ambiental e a luta dos povos indígenas: combate às mudanças climáticas	1h41m48s	Canal oficial da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP)	Sonia Ara Mirim – tekoa Jaraguá - SP.	https://www.youtube.com/watch?v=cNKVG_fyaM
2023	Perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude.	1h34m29s	Canal oficial da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).	Geni Núñez	https://www.youtube.com/watch?v=epzCDFkYVTg

Fonte: Adaptado de Rossato (2024).

4. PERSPECTIVAS GUARANI NA TRAMA DAS SOBREPOSIÇÕES POR UCS

No esforço de síntese, orientada pela análise de conteúdo, foram identificadas categorias temáticas abordadas pelas lideranças indígenas: atuação dos órgãos ambientais contra a permanência dos povos indígenas no *tekoa*; entendimento/diálogo; racismo-ambiental; desenvolvimento; preservação x conservação ambiental x terra/território.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

O caso emblemático do *tekoa* Kuaray Haxa (Paraná), é relatado pelo cacique Rivelino Popygua, ao compartilhar os impasses criados pelo órgão ambiental da Reserva Biológica Bom Jesus, no momento da retomada do território:

Eu vi uma caminhoneta entrou alí escrito ICMBio (...) Daí ele falou: quem trouxe vocês aqui? como vocês chegaram? quem indicou? Eu disse: quem indicou foi a nossa visão e o meu vô, você não conhece, vocês não vão saber porque que to aqui. A gente sentiu que esse lugar tava precisando de proteção, né, por isso que a gente veio proteger, veio cuidar. Ele falou: mas quem cuida somos nós. Nós que cuidamos desse território que é do ICMBio, é um Parque, você não sabe o que é um Parque? Eu disse: eu não sei, eu sei que é uma floresta que ta precisando de proteção, por isso tamo aqui. Daí ele disse: **não, vocês não podem ficar (Rivelino Popygua, Tradicionalidades e preservacionismo no litoral paranaense, 2021, grifo nosso).**

A judicialização da sobreposição do *tekoa* Kuaray Haxa pela Reserva Biológica Bom Jesus decorre da questão da invisibilidade e negação dos direitos territoriais (entendidos como extensão dos direitos dos povos de ser, estar e existir com dignidade) (Jabur, 2018). Em março de 2025, Kuaray Haxa foi alvo de ataques por parte de ambientalistas e cientistas contrários ao acordo firmado entre a comunidade Guarani Mbya e o ICMBio. Os grupos subscreveram um “Manifesto em defesa do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc)”³, em repúdio ao esforço do Estado em avançar na gestão compartilhada da área da UC sobreposta ao território indígena. Mesmo quando ocorre um avanço no reconhecimento dos direitos indígenas, ainda que ínfimo, considerando o direito de uso de apenas 6.717 hectares⁴ dos 34.179,74 hectares da UC, resultado da resistência, mobilização e esforço de diálogo e negociação do próprio povo Guarani, os ambientalistas (instituições e pessoas físicas), ainda orientados pela lógica do preservacionismo colonialista, perseguem com ataques e tentativas de deslegitimar essas conquistas.

Uma constante observada é a constatação da incompreensão do entendimento de território Guarani por parte dos gestores das UCs e a falaciosa incompatibilidade entre os modos de ser Guarani e a proteção da natureza. Essas contradições estão mais relacionadas às disputas políticas e ideológicas que refletem diferentes orientações inerentes à atuação dos gestores,

³ Disponível em: <https://justicaeco.com.br/manifesto-em-defesa-do-sistema-nacional-de-unidades-de-conservacao-snuc-27-de-marco-de-2025/>

⁴ Destes, apenas 19 hectares são considerados zona de uso intensivo, destinada para construção de moradias e infraestrutura à comunidade, como roças e criação de animais domésticos. Mais informações consultar: <https://www.yvyrupa.org.br/2025/04/17/guarani-denuncia-kuarayhaxa/>

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

visto que, por seu modo de vida característico, o reconhecimento de uma coletividade tradicional não representaria uma ameaça aos objetivos da conservação ambiental (Spaolonesi, 2013).

Pra nós não há nenhuma dificuldade de compreender essa preocupação enquanto preservação, enquanto floresta, enquanto necessidade, quanto a importância que pra nós é onde nós pisa que é a terra, é um espaço sagrado (...). E esse entendimento por vários gestores não são compreendidos, né, essa importância. Ai somos acusados de invasores, acusados de índios paraguaios. Pra nós não importa ser Guarani aqui ou no Paraguai, na Argentina, somos um universo só, somos um continente só (...) no nosso conceito não tem essa divisão, tanto é que nós conhecemos como *Yvyrupa*. *Yvyrupa* é território, é terra, planeta, sem fronteira, sem divisão de limites e estados e municípios (**Marcos Tupã**, Seminário de Sobreposição, 2017).

A gente povo Guarani Mbya que sempre defendemos, que sempre falamos pra juruá da importância, da importância de preservar a natureza, da importância de respeitar, de porque a gente não pode sujar a água, de porque a gente não pode derrubar a natureza (...) aí a gente tem que fazer esses confrontos de diálogo com esses juruá ignorante que acham que a gente que vai destruir, que a gente vai atrapalhar (**Jerá Guarani**, #AbrilIndigenaSesc: Conservação Socioambiental e Terras Indígenas, 2021).

O diálogo com os órgãos ambientais representa um ato de resistência e abertura dos indígenas, mas nem sempre dos demais atores:

Eu sempre costumo falar que a comunidade indígena não vive pra alimentar o capitalismo, ela simplesmente vive com seu espaço usufruindo o que nela tem, o que o meio ambiente e o que a floresta em si dá como retorno a comunidade, porque a comunidade tem essa sabedoria de como ela cuida do espaço onde vive (...). Então aqui é uma questão de entendimento principalmente com as pessoas que se diz ambientalistas né, como a Fundação Florestal (...). Então a gente vem buscando esse entendimento, esse diálogo com as pessoas, para que a gente tenha um convívio bem melhor né, não viver nessas condições de restrito (**Karai Mirim**, #AbrilIndigenaSesc: Conservação Socioambiental e Terras Indígenas, 2021).

Eu particularmente acho que quando a gente não leva os nossos mais velhos pra esse confronto, por exemplo, direto com os *juruá*, que às vezes pelo amor de deus, de ter paciência de ouvir que “vocês não podem ficar nessa área, essa área é de proteção ambiental, essa área aqui é do parque, se vocês ficarem aqui vocês vão destruir a natureza, vocês não podem criar galinha porque a galinha vai interferir no equilíbrio da natureza”. E aí a gente tem que ouvir isso e ter paciência de dialogar com o *juruá* (**Jerá Guarani**, #AbrilIndigenaSesc: Conservação Socioambiental e Terras Indígenas, 2021).

Para Oliveira (2006), o diálogo interétnico, pressupõe uma ética discursiva baseada na escuta, no reconhecimento do outro como interlocutor legítimo e na busca por simetria na comunicação. Embora exista uma questão de poder entre os sujeitos envolvidos, uma vez que se trata de relações historicamente marcadas por assimetrias, é preciso criar condições que

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

neutralizem seus efeitos opressivos. A participação, assumida pelos órgãos ambientais como método de “resolução de conflitos” através da inclusão dos diferentes atores envolvidos, está longe de ser um processo justo e democrático, se apresentando como um mecanismo de solução de disputa para transmitir ideias hegemônicas (Moura, 2017).

Um processo participativo que inclua o povo Guarani deve, necessariamente, considerar, entre outros aspectos, a dimensão da língua, das temporalidades, do território e das formas outras de relação com a natureza. A incompreensão e a omissão frente a essas dimensões é uma expressão da colonialidade, manifestada através do racismo, uma forma de recolonialidade (Walsh, 2009), pois reconhecem a diversidade representada pelo modo de vida Guarani, mas não trabalham no sentido de provocar mudanças no modelo hegemônico de conservação da natureza reforçando a falaciosa “incompatibilidade”.

Geni Núñez, em sua fala, aponta perspectivas do povo Guarani em relação ao conceito de racismo e apresenta as especificidades do racismo anti-indígena que o diferenciam de outras formas de discriminação racial. Também sugere que o racismo anti-indígena não pode ser dissociado do racismo ambiental, e está frequentemente atrelado à visão de que os povos indígenas são “atrasados”, que atrapalham o progresso e o desenvolvimento. No mesmo sentido, Elizete Ara'i, se refere a visão racista de atraso quando cita “*hoje a gente é visto como um atrapalho pro desenvolvimento do estado*”, ao se referir aos projetos de desenvolvimento que atravessam a Terra Indígena Morro dos Cavalos.⁵

O entrelaçamento entre as perspectivas Guarani demonstra que o “mito da natureza intocada”, acionado nos discursos ambientalistas, políticas ambientais de conservação e atrelados aos projetos de desenvolvimento, opera como um eixo mobilizado para sustentar o racismo anti-indígena. Como demonstra Geni Nuñez, o racismo contra os povos indígenas é sofisticado e se explicita através de uma organização que nega o território, a ancestralidade, a cultura e o modo de vida e aponta para um horizonte de etnocídio.

As contranarrativas Guarani evidenciam a institucionalização desse racismo diante das recorrentes violações de direitos e dos ataques promovidos por um Estado que nega as raízes e os direitos indígenas, expressa principalmente na morosidade dos processos de demarcação de

⁵ O Território Morro dos Cavalos, após anos de mobilização e resistência para a conquista da demarcação, teve a homologação presidencial, que ocorreu em dezembro de 2024, suspensa pela da aprovação do PDL 717/2024 no Senado Federal em maio deste ano.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

terras indígenas, enquanto favorecem projetos de desenvolvimento e políticas orientadas pelo mito do preservacionismo, eixos que operam a necropolítica, de expor à rejeição, expulsão do território e a contínua produção de vulnerabilidades.

Considera-se fundamental romper com a invisibilidade do racismo anti-indígena e do etnogenocídio para enfrentar as contínuas violações de direitos, o roubo e a negação das terras indígenas, bem como a reprodução da lógica colonial. Essa urgência se acentua ao reconhecermos que a garantia do *tekoa* é uma das condições essenciais para a sobrevivência dos povos indígenas, e o Estado, enquanto gestor das políticas ambientais, tem sistematicamente negado no contexto do *nhe'ëry*.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Somados aos impactos provocados por grandes empreendimentos como portos, estradas e gasodutos, os efeitos das Unidades de Conservação têm atingido de forma significativa o modo de vida do povo Guarani Mbya que habita o *nhe'ëry*. Através das contranarrativas presentes no net-ativismo Guarani, constata-se a denúncia sobre o reconhecimento do *tekoa* e *nhandereko* e a recorrente culpabilização dos povos indígenas pela destruição das UCs, decorrente da imposição do preservacionismo que se estrutura como um eixo de sustentação do racismo anti-indígena.

Os povos indígenas exigem mais envolvimento e menos desenvolvimento⁶, uma lógica que se estende para aprender com eles sobre as formas de relação com a natureza. Considerando o modo de vida Guarani e a diversidade étnica dos outros povos e comunidades tradicionais do Brasil, é preciso repensar o modelo de conservação da natureza que perpetua colonialidades, reproduz o racismo e contribui para um cenário de etnogenocídio. Como indica Jerá Guarani, “a elaboração de projetos de preservação real da natureza no planeta seria demarcar terras indígenas”.

REFERÊNCIAS

BANIWA, G. História indígena no Brasil independente: da ameaça do desaparecimento ao protagonismo e cidadania diferenciada. *Araucária*, 51(3), 263-290, 2022.

⁶ Depoimento de Timóteo Verá Popygua concedido ao Instituto Socioambiental em maio de 2006. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/%22Em_vez_de_desenvolvimento,_envolvimento%22

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

DAHLBERG, L. Re-constructing digital democracy: an outline of four 'positions'. **New Media & Society**, v. 13, n. 6, p. 855–872, 2011.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 6ª ed. ampliada. São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP/CEC, 2008.

FERDINAND, M. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FOPPA, C. C.; MOURA, G. G. M.; ISAGUIRRE, K. R. As Dimensões Sociais e Humanas na Zona Costeira: Uma Perspectiva Sistêmica Socioambientalista. In: LANA, P. C.; CASTELLO, J. P. (Orgs). **Fronteiras do Conhecimento em Ciências do Mar**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2020.

FRANCO, T. C.; SILVA, M. R. Cosmofagia e net-ativismo indígena brasileiro, durante a pandemia da Covid-19. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 145, p. 181-196, 2021.

JABUR, G. **A defesa dos direitos dos Povos Indígenas nos Conflitos Socioambientais em Unidades de Conservação: Tekoa Kuaray Haxa**. (Dissertação de Mestrado). Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, 2018.

KRENAK, A.; MIRIM, C. P.; TAKUÁ, C. **Nhe'ëry, rec.tyty e outros pulsares**. Dantes Editora Biosfera, 2021.

MACHADO, A. M. **Exá raú mboguatá guassú mohekauka yvy marãe'y: de sonhos ao oguatá guassú em busca da(s) Terra(s) Isenta(s) de Mal**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós graduação em Antropologia. Belém, 2015.

MOURA, G. G. M. Manejo de Mundos e Gerenciamento Costeiro na Amazônia: Reflexões a partir de um diálogo entre Etnoceanografia e Etnodesenvolvimento. In: COSTA, J. M. (org.) **Amazônia: olhares sobre o território e a região**. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia; Amapá, AP: UNIFAP, 2017.

MYERS, N.; MITTERMEIER, R. A.; MITTERMEIER, C. G.; FONSECA, G. A. B. da; KENT, J. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**, 403, 853-858, 2000.

OLIVEIRA, R. C. **O trabalho do Antropólogo**. 3ª ed. 222p. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 2006.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005.

ROSSATO, F. **As políticas de conservação da natureza no litoral sudeste-sul e as faces do racismo ambiental contra o povo Guarani Mbya**. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2024.

SPAOLONESE, M. B. Desamparados nas grotas do Estado: Os contratempos da sobreposição entre o Território Quilombola de São Roque e os Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral. **RURIS**, vol. 7, n.2, set 2013.

WALSH, C. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir re-existir ere- viver. In: CANDAU, Vera Maria. **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. RJ: 7letras, 2009.

Apoio:



Realização:



anppas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:

